



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº. 041/2022

EMENTA: “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MIRADOR – ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º. – O Orçamento Programa do Município de Mirador, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de **2023**, discriminados pelos anexos integrantes da presente Lei, estima a **RECEITA** e fixa a **DESPESA**, em **R\$: 23.870.000,00 (vinte e três milhões e oitocentos e setenta mil reais)**.

Art. 2º. - A receita orçamentária, para o exercício de **2023**, será realizada mediante arrecadação de tributos e outras fontes de receitas, corrente e de capital, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos sintéticos:

I – RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES	23.793.000,00
- Receita Tributária	889.680,00
(-) Deduções (Renúncia e Descontos) de Impostos e Taxas	74.910,00
- Receita de Contribuição	330.000,00
- Receita Patrimonial	37.950,00
- Receita de Serviço	44.220,00
- Transferências Correntes	26.978.820,00
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	4.422.000,00
- Outras Receitas Correntes	9.240,00
RECEITAS DE CAPITAL	77.000,00
- Operações de Créditos	0,00
- Alienação de Bens	22.000,00
- Transferência de Capital	55.000,00
TOTAL DA RECEITA	23.870.000,00

Art. 3º. - As despesas orçamentárias para o exercício financeiro de **2023** serão executadas em conformidade com as **Leis Municipais nº. 0587/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, de 18 de outubro de 2022** e a **Lei Municipal nº. 0535/2021 - Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2022 a 2025, de 09 de setembro de 2021** e demais legislações em vigor, com os seguintes desdobramentos sintéticos:

II – DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

DESPESAS CORRENTES	22.712.153,32
- Pessoal e Encargos Sociais	12.173.045,71
- Juros e Encargos da Dívida	40.000,00
- Outras Despesas Correntes	10.499.107,61
DESPESAS DE CAPITAL	1.038.496,68
- Investimentos	845.496,68
- Amortização da Dívida	193.000,00
Reserva de Contingência	119.350,00
TOTAL DA DESPESA	23.870.000,00

III – DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01. Legislativa	1.528.849,00
04. Administração	4.279.000,00
08. Assistência Social	1.639.000,00
10. Saúde	5.951.000,00
12. Educação	5.676.000,00
13. Cultura	165.000,00
15. Urbanismo	1.382.301,00
16. Habitação	33.000,00
17. Saneamento	38.500,00
18. Gestão Ambiental	132.000,00
20. Agricultura	429.000,00
22. Indústria	33.000,00
23. Comércio e Serviços	66.000,00
25. Energia	440.000,00
26. Transportes	1.430.000,00
27. Desporto e Lazer	165.000,00
28. Encargos Especiais	363.000,00
99. Reserva de Contingência	119.350,00
TOTAL	23.870.000,00

IV – DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

01.001	Câmara Municipal	1.375.771,95
01.002	Controladoria	153.077,05
02.001	Gabinete do Prefeito	770.000,00
02.002	Assessoria Jurídica	187.000,00
02.003	Controle Interno	165.000,00
03.001	Secretária Municipal de Administração	220.000,00
03.002	Divisão de Administração	770.000,00



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

03.003	Divisão de Planejamento Urbano, Engenharia e Fiscalização	220.000,00
03.004	Divisão de Recursos Humanos	165.000,00
03.005	Divisão de Licitação	165.000,00
03.006	Divisão de Compras, Contratos e Almoxarifado	110.000,00
03.007	Divisão de Cultura	165.000,00
03.008	Divisão de Esportes e Lazer	165.000,00
04.001	Secretária Municipal de Fazenda	198.000,00
04.002	Divisão de Tesouraria	878.350,00
04.003	Divisão de Contabilidade, Orçamento e Patrimônio	495.000,00
04.004	Divisão de Tributos e Fiscalização	198.000,00
05.001	Secretária Municipal de Assistência Social	440.000,00
05.002	Fundo Municipal de Assistência Social	825.000,00
05.003	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	330.000,00
05.004	Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	44.000,00
06.001	Secretária Municipal de Educação	275.000,00
06.002	Divisão de Ensino Fundamental	2.365.000,00
06.003	Divisão de Educação Infantil	1.430.000,00
06.004	Divisão de Educação Especial	154.000,00
06.005	Divisão de Transporte Escolar	1.012.000,00
06.006	Divisão de Merenda Escolar	440.000,00
07.001	Secretária Municipal da Saúde	176.000,00
07.002	Fundo Municipal de Saúde	5.775.000,00
07.003	Divisão de Saneamento Básico	38.500,00
08.001	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico	220.000,00
08.002	Divisão de Turismo	33.000,00
08.003	Divisão de Indústria	33.000,00
08.004	Divisão de Comércio	33.000,00
08.005	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	33.000,00
09.001	Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	385.000,00
09.002	Divisão de Obras	414.301,00
09.003	Divisão de Limpeza Pública e Serviços Urbanos	1.023.000,00
09.004	Divisão de Transporte Rodoviário	1.430.000,00
10.001	Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	165.000,00
10.002	Divisão de Agricultura	132.000,00
10.003	Divisão de Pecuária	132.000,00
10.004	Fundo Municipal de Meio Ambiente	132.000,00



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

TOTAL GERAL	23.870.000,00
--------------------	----------------------

V – DESPESA POR ÓRGÃO

01	Poder Legislativo	1.528.849,00
02	Poder Executivo	1.122.000,00
03	Secretária Municipal de Administração	1.980.000,00
04	Secretária Municipal de Fazenda	1.769.350,00
05	Secretária Municipal de Assistência Social	1.639.000,00
06	Secretária Municipal de Educação	5.676.000,00
07	Secretária Municipal de Saúde	5.989.500,00
08	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico	352.000,00
09	Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	3.252.301,00
10	Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	561.000,00
TOTAL GERAL		23.870.000,00

Art. 4º. - De acordo com o art. 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal, e nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, parágrafo único, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e no art. 30 da Lei Municipal nº. 0587/2022 – Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2023, de 18 de outubro de 2022 e a Lei Municipal nº. 0535/2021 - Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2022 a 2025, de 09 de setembro de 2021, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total do orçamento de cada entidade, nos termos da Lei Municipal nº. 0587/2022, de 18 de outubro de 2022 e a Lei Municipal nº. 0535/2021, de 09 de setembro de 2021;

IV – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos;

Parágrafo Único – Para atender aos créditos suplementares de que trata o inciso III do presente artigo, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar:

I – Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

V – Reserva de Contingência.

Art. 5º. - Fica o Poder Legislativo autorizado, nos termos da Lei Municipal nº. 0587/2022, de 18 de outubro de 2022 e a Lei Municipal nº. 0535/2021, de 09 de setembro de 2021, a abrir créditos adicionais suplementares, mediante Ato da Mesa, nas suas dotações próprias, por meio de Resoluções, desde que a fonte de recursos a ser indicada seja exclusivamente a contida no inciso III, § 1º, do art. 43º da Lei Federal nº. 4.320/64.

Parágrafo Único – Os valores dos créditos de que trata o caput deste artigo serão computados no limite indicado no inciso III do artigo 4º desta Lei.

Art. 6º. - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Resolução ou Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 7º. - O Poder Executivo e Legislativo Municipal adotará parâmetros para a Execução Orçamentária, a fim de compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir metas de resultados primários, que será apresentado através de Audiências Públicas Quadrimestrais à Comunidade, sendo estabelecido o horário para apresentação das Audiências Públicas no período noturno, para que toda população e vereadores possam participar das audiências Públicas.

Art. 8º. - Na execução orçamentária o Poder Executivo deverá obedecer aos limites constitucionais, destinados à saúde e à educação, bem como atender os limites de gastos com pessoal conforme a legislação em vigor.

Art. 9º. - Fica autorizado à contratação de operações de crédito, em conformidade com o disposto no art. 32, inciso I, da Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), condicionado à Celebração conforme instrumentos legais.

Art. 10 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural,



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal e art. 36, parágrafo único da Lei Municipal nº. 0587/2022, de 18 de outubro de 2022).

Art. 11 - Durante a execução orçamentária de **2023**, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de **2023** (art. 167, I da Constituição Federal e art. 42 da Lei Municipal nº. 0587/2022, de 18 de outubro de 2022).

Art. 12 – Fica o Poder Executivo e Poder Legislativo Municipal autorizado a alterar os valores do anexo II da Lei Municipal nº. 0587/2022, de 18 de outubro de 2022 em conformidade com art. 31 e anexo V da Lei Municipal nº. 0535/2021, de 09 de setembro de 2021 em conformidade com o art. 6º, por decreto ou resolução em igual importância respeitando abertura de créditos adicionais suplementares das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 13 – Ficam os Poderes Executivo Municipal e Legislativo Municipal, por solicitação, através de ato próprio e mediante exposição fundamentada, fazer a cessão de servidores do quadro permanente, condicionada à anuência destes, a órgãos da Administração direta ou indireta, de Municípios deste mesmo Estado e de entidades educacionais, assistenciais ou filantrópicas conveniadas com o Município de Mirador, por tempo determinado, sem vencimentos ou qualquer outro tipo de ônus para o cedente, e se demonstrado excepcional e relevante interesse público na cessão, em conformidade com art. 60, da Lei Municipal nº. 0587/2022 de 18 de outubro de 2022.

Art. 14 - O servidor, que vier a ser cedido nos termos do art. 13 desta lei, fica assegurada a Avaliação de Desempenho, para fins de progressão funcional, na forma prevista no Plano de Carreira, que será realizada pelo superior hierárquico do ente público ou instituição a que estiver cedido, estando em conformidade com o art. 61, da Lei Municipal nº. 0587/2022, de 18 de outubro de 2022.

§ 1º. - A progressão funcional será implementada:

I - para os servidores cedidos com ônus para o cedente, quando cumpridas as condições previstas no Plano de Carreira;

II – para os servidores cedidos sem ônus para o cedente, na data de retorno do servidor ao órgão ou entidade de origem do Município de Mirador, desde que cumpridas as condições previstas no Plano de Carreira.



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

§ 2º. - Constitui condição para a cessão, a continuidade das contribuições à previdência social, inclusive da quota patronal.

§ 3º. - Na hipótese da cessão sem ônus para o cedente, a contribuição previdenciária ficará a cargo do ente ou órgão de destino.

Art. 15 - O Orçamento do Município de Mirador – Estado do Paraná, para o exercício financeiro de **2023** foi elaborado e será executado nos termos das Leis Municipais nº. 0587/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentária, de 18 de outubro de 2022, Lei Municipal nº. 0535/2021 - Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2022 a 2025, de 09 de setembro de 2021 e as Leis Federais nº. 4.320/64 e a Lei Complementar nº. 101/2000, e demais legislações em vigor.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor em **1º (primeiro) de janeiro de 2023**.

Gabinete do Prefeito, 01 de dezembro de 2022.

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 052.989.279-04